



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

1

A Dupla Face do Sindicalismo em Manaus

Raimunda de Souza Gomes
Doutoranda em Ciências Sociais PUC-SP
rda_gomes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No livro *O Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte* um dos seus mais belos escritos teóricos de Karl Marx ele fez a seguinte reflexão: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Penso que essa afirmativa significa que o traçado das circunstâncias faz o presente e, que mesmo os homens se deparando com condições de existências legadas pelo passado, ainda assim, eles são os únicos responsáveis pela transformação da sociedade e mudança de suas condições existenciais. Lembrado que, para Marx, o homem sozinho não é o responsável pela construção de sua história, mas as massas, ou seja, somente a conjunção de fatores leva a um desfecho histórico-social.

É partindo desse pressuposto que buscamos analisar o movimento sindical na cidade de Manaus e sua contribuição para com o desenvolvimento da sociedade manauara, que mesmo em condições adversas não se deixaram dobrar e construíram em um século, essa cidade que passou da bucólica “*Paris dos Trópicos*” à metrópole do norte do país.

Desse modo, compreender a industrialização da cidade de Manaus, perpassa necessariamente pelo entendimento dos antecedentes deste processo sob o ponto de vista da expansão capitalista. Nesse sentido, Salazar *apud* Mourão (2006) estabelece três ciclos de desenvolvimento capitalista no Amazonas: (i) capitalismo mercantilista de exportação e comércio colonial (coleta das drogas do sertão), (ii) capitalismo mercantilista de exportação e comércio de matéria-prima (economia da borracha) e (iii) capitalismo industrial



2
financeiro (implantação da Zona Franca de Manaus¹). E chama atenção para o fato de que, com a implantação da Zona Franca de Manaus, as chamadas indústrias tradicionais passaram a representar um papel secundário na estrutura industrial implantada.

Essa industrialização favoreceu uma corrente migratória do interior do Estado para a capital, com a expectativa de melhores condições de vida, uma vez que a cidade concentrava as indústrias, os meios de circulação de mercadorias e a oferta de emprego, em decorrência do crescimento baseado na lógica do capital industrial e comercial, além da queda do preço dos produtos da floresta, que imputou às atividades extrativistas um caráter marginal. E atraiu também trabalhadores de outras regiões do Brasil, em especial os nordestinos, que foram os responsáveis pelo povoamento da região amazônica desde os tempos áureos da borracha.

Muitos estudos abordando a temática do sindicalismo na cidade de Manaus² têm sido realizados e dada significativa contribuição à literatura local no sentido de mostrar outra face da cidade, aquela construída por homens e mulheres de carne e osso que se desdobram em seus postos de trabalho, mas, que ainda se dispõem a organizar-se para lutar por seus direitos e conquistar melhores condições de vida e trabalho. Ou seja, tiram da invisibilidade esses sujeitos que constroem e se reconstróem na trajetória do movimento sindical, entendido como um processo dialético. Porém, se comparado a produção manauara com outras regiões do Brasil percebe-se que esta, ainda é muito incipiente.

¹ A Zona Franca criada em 1957, pela Lei 3.173 tinha característica de entreposto aduaneiro (mercadorias que chegam do exterior e que, depois de desembarcadas passam a circular no mercado nacional, sujeitas a pagamento de impostos e direitos alfandegários). Somente em 1967, através do Decreto Lei 228 é que esta legislação alargou-se para Zona Franca (áreas de livre comércio aduaneiro para importação e exportação de mercadorias que gozam de incentivos fiscais). No mesmo ano, por meio do Decreto Lei 291, o governo Federal define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A medida visava promover a ocupação dessa região e elevar o nível de segurança para a manutenção de sua integridade. Um ano depois, por meio do Decreto Lei 356/68, o governo Federal estendeu parte dos benefícios do modelo ZFM a toda a Amazônia Ocidental. (fonte SUFRAMA).

² Marlene Ribeiro (1997) estudou a organização sindical dos metalúrgicos de Manaus; Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999 e 2004) fez um resgate do sindicalismo do início do século XX com os estivadores do Porto de Manaus e da imprensa Operária no Amazonas também do começo do século XX; Arminda Mourão (1997) estudou a organização dos professores desde a sua constituição enquanto Associação de Professores até a transformação em Sindicato no início dos anos 90 e Iraildes Torres (2001) abordando a situação da mulher na organização do sindicato dos metalúrgicos.

3

Outra questão relevante a ser abordada é a discriminação de gênero³, que ocorre no âmbito das organizações sindicais, onde antes era ocupada quase exclusivamente por homens, agora com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, as relações sociais entre homens e mulheres, perpassa todo o social, está na empresa, no sindicato, no partido político, nas instituições públicas, no meio acadêmico, etc. Essas relações desiguais de gênero que se estabelece em todas as esferas da sociedade está ancorada na desigualdade de classe. A esse respeito Saffioti (1992) corroborando com Bruschini (1992) adverte para a necessidade de se estar sempre alerta para detectar as diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero e reforça.

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. (Saffioti, 1992, p. 187).

Portanto, este trabalho busca descortinar as metamorfoses da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade de Manaus no sentido de confirmar a relevância da participação da mulher no movimento sindical, cunhado sob o slogan “a dupla face do sindicalismo em Manaus”, contrapondo-se a visão machista dos dirigentes sindicais homens que também reproduzem a discriminação contra a mulher e reforçam os estereótipos de que sindicato é lugar de homem.

2. OS ANTECEDENTES DO SINDICALISMO EM MANAUS

Estudos acerca da temática têm demonstrado que a história de organização dos trabalhadores em Manaus remonta o século XIX e, se faz num contexto de resistência

³ Gênero é aqui entendida com uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros e configurar-se num modo de se definir a organização social das relações entre os sexos (BRUSCHINI, 1992, p.290).

4

desde os grupos de seringueiros que mesmo isolados em seringais elaboram estratégias contra o coronelismo local. Iraildes Torres (2001) divide, em três períodos distintos o que ela chama de primórdios da organização dos trabalhadores.

O primeiro foi o áureo da economia gumífera de 1890 a 1911 compreendido como o apogeu do *ouro negro* no mercado internacional; o segundo se dá no âmbito do urbano, a partir de 1910 com as agremiações de caráter assistencialista como: as Associações de Socorro Mútuo, Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros e outras tantas da época e, o terceiro está associado a criação dos sindicatos operários após 1914, em geral abandonando as antigas denominações de Associações Beneficentes, como ocorrera com os estivadores, cocheiros, carroceiros e operários da construção civil.

Sendo Manaus, uma cidade eminentemente comercial, os primeiros trabalhadores a deflagrar movimentos paredistas foram os portuários, dos quais dependiam a exportação de borracha e a entrada dos produtos importados da Europa e dos Estados Unidos. A primeira greve de que se tem notícia, foi a dos catraieiros, em 1883. Encarregados de fazer o transporte das mercadorias e passageiros em suas pequenas embarcações da margem do Porto até os grandes navios atracados na baía do Rio Negro.

Pinheiro (1999) nos seus estudos sobre o trabalho no Porto de Manaus destaca que os estivadores fizeram algumas das maiores greves de Manaus em todo o período da borracha, parando por varias vez, o porto e a cidade. Assim como os gráficos⁴, sapateiros, motoristas e condutores de bondes, trabalhadores da construção civil, pescadores, funcionários da limpeza pública e das firmas estrangeiras que estavam encarregadas dos serviços públicos participaram igualmente da luta operária e enfrentaram o patronato e o Estado em frequentes greves e cita.

⁴ Pinheiro (2004, p. 11) destaca que os gráficos singularizavam-se também por ser uma das poucas categorias de trabalhadores urbanos com taxas escolarização elevadas, uma vez que saber ler e escrever era exigência do ofício. No trato com a palavra impressa, transitavam com certa desenvoltura no restrito universo da cultura letrada, enquanto a ampla maioria dos trabalhadores brasileiros era constituída de iletrados. Outra característica marcante dos gráficos foi ter sido uma categoria que sempre se destacou, em todo o Brasil, no processo de organização e conscientização da classe operaria, criando diversas associações sindicais.



5

Em geral, as paralisações eram motivadas pela carestia e tinham caráter de reivindicações salariais, mas já nos primeiros anos do século XX, começaram a defender a redução da jornada de trabalho, com a defesa das 8 horas. Coincidindo com o período de maior expansão da atividade econômica no Amazonas, os trabalhadores começam a desenvolver estratégias de luta mais sofisticadas e organizadas, entabulando diversas greves de solidariedade. Acompanhando o movimento operário nacional, em 1917 e 1919 os trabalhadores de Manaus ensaiam o encaminhamento de uma Greve Geral, que não chega a lograr êxito. A aguda crise da economia de exportação da borracha e o aumento do custo de vida em decorrência da Primeira Guerra retraíram sensivelmente os empregos e salários, fragilizando as reivindicações operárias na cidade. Outro fator que nos parece ter sido determinante do refluxo do movimento operário em Manaus após 1917 foi o acirramento da repressão policial e a sistemática perseguição das lideranças operárias e controle sobre as categorias mais mobilizadas. (PINHEIRO, 1999, p.25)

A autora considera que esse germe do sindicalismo, teve um papel destacado na organização dos trabalhadores tanto em Manaus como no Estado do Amazonas. O período seguinte de 1920 até o final dos anos de 1950 foi caracterizado pelo surgimento de outras categorias profissionais, agora com a presença dos trabalhadores pertencentes às frações médias da população, como os profissionais liberais e assalariados de empresas prestadoras de serviço público.

Do início do século passado até o golpe militar em 1964, os sindicatos foram os principais responsáveis por conquistas que permanecem até hoje como a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, piso salarial por categoria profissional, férias anuais, licença maternidade para as trabalhadoras, aposentadorias e o décimo terceiro salário, dentre outras.

Nessa fase do sindicalismo, a presença das mulheres era quase nula, a maioria absoluta das categorias era formada por homens e a participação das mulheres no mercado de trabalho formal se restringia ao magistério, comércio e algumas repartições públicas, quase sempre em tempo parcial. As demais áreas de ocupação destinada às mulheres eram empregos informais ou domésticos que respondiam pela maior parcela, geralmente oferecido as mulheres de baixa renda e sem escolaridade.

6

Embora a sociedade brasileira tenha passado por significativas transformações políticas e econômicas, a classe trabalhadora conviveu por um longo período com uma estrutura sindical submetida ao controle do Estado. Se agravando ainda mais, com o golpe militar de 1964 que desarticulou completamente o movimento sindical, subordinando-o ainda mais ao controle do Estado, não só pela legislação, mas também pela coerção. Situação que só modificou-se com os ventos da redemocratização no final da década de 1970 e o surgimento da discussão em torno do novo sindicalismo.

O novo sindicalismo⁵ surge no ABC paulista. A luta dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1978, deflagrou um movimento grevista que se espalhou por todo o país, movimento este que deu origem a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT em 1983. Nesse mesmo período em Manaus, no Estado do Amazonas, os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus, motivados pelos acontecimentos do ABC paulista, se organizam e fundam o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus que contribuiu decisivamente para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Amazonas, favorecendo a organização de várias outras categorias em sindicatos no setor privado e as associações profissionais no setor público, pois, a este último segmento ainda não havia permissão de organização sindical.

Nesse contexto favorável emerge em Manaus uma enorme força de organização popular e duas entidades de trabalhadores ganham destaque, o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus e a Associação de Professores do Amazonas, ambas com grande contingente de mulheres em suas bases. De um lado o operariado industrial, os metalúrgicos, como é conhecido popularmente, garantindo o enfrentamento no setor privado e mobilizando milhares de trabalhadores e, do outro, os servidores públicos, apoiados na Associação dos Professores Profissionais do Amazonas – APPAM arregimentando em suas lutas milhares de professores, no enfrentamento com os governos. A participação das mulheres nessas manifestações e nas direções das duas entidades era perceptível, porém, o tratamento a

⁵ Antunes (1998) argumenta que esse sindicalismo aderiu a ordem do mercado e do capital só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonando as perspectivas emancipatórias da luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da “social democratização”, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

7

essas mulheres é que era desigual, não havia nenhuma preocupação com a presença das mulheres, o discurso, a linguagem, as propostas tudo era direcionado ao conjunto da categoria, no masculino: metalúrgicos, nunca metalúrgica, professores e não professoras, ou seja, era uma presença, oculta.

SOUZA-LOBO (1991), refletindo sobre as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras, identificou as assimetrias entre as práticas e os discursos das lideranças masculinas e as práticas e os discursos das operárias. Enquanto, os homens centram seus discursos e práticas nas lutas gerais de interesse da classe trabalhadora, as mulheres querem ser ouvidas para denunciar as desigualdades que vivenciam nos espaços públicos e privados. Querem incorporar no mundo sindical, novas dimensões da vida que refletem a heterogeneidade da classe operária, querem mostrar que existe um *modo masculino* e um *modo feminino* de viver e se ver como *classe trabalhadora*.

3. QUEM SÃO OS/AS TRABALHADORES/AS DA CIDADE DE MANAUS

Segundo a teoria marxista, os indivíduos que possuem os meios de produção pertencem a uma mesma classe e possuem os mesmos interesses, enquanto os que não possuem esses meios pertencem à outra classe e seus interesses são antagônicos aos interesses dos que pertencem à outra classe. Assim as classes sociais são produtos dessa desapropriação que a maioria dos homens sofreu dos meios de produção num processo histórico, por isso, estas classes vivem em conflito, justamente por esse antagonismo.

Nesse sentido as classes sociais são grupos de homens (e mulheres) que possuem contradição entre si, devido ao fato de um dos grupos apropriar-se do trabalho do outro. Na sociedade capitalista existem duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado, sendo identificada como burguesia, a classe que controla e dirige o sistema de produção capitalista e proletariado, a classe que vende sua força de trabalho.

No entanto, essa conceituação tradicional de proletariado nos dias atuais já não responde as novas formas de organização do trabalho e muitos autores têm elaborado novas formulações com conceitos mais alargados. Para Michel Lowy (1988, p. 105): “além do

8
operariado industrial, deve incluir também uma série de camadas da pequena burguesia que conheceram ou estão conhecendo no período histórico contemporâneo um processo de proletarização ou semiproletarização” e Ricardo Antunes reforça essa opinião ao construir o conceito de *classe-que-vivi-do-trabalho* que segundo ele é uma ampliação do conceito anterior de proletariado, pois essa nova classe é formada por todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho no mercado, por um salário, sejam eles empregados, subempregados ou trabalhadores informais. Todos estão submetidos às regras gerais do processo de exploração capitalista (1999, p.62).

Partindo das definições elucidadas pelos dois autores entendemos que a classe trabalhadora na cidade de Manaus, assume essa vertente multifacetada, incorporando todos os assalariados quem vendem sua força de trabalho por um salário, mesmo os trabalhadores desempregados e/ou informais, que desenvolve atividade esporádica de prestação de serviço no seu cotidiano, incluindo-se nesse conjunto também, os servidores públicos que mesmo não produzindo *mais-valia*, são trabalhadores assalariados e explorados por quem os contrata e usufrui de sua força de trabalho.

Alves (1999) analisando as mudanças no mundo do trabalho afirma que a crise do sistema capitalista gerada por volta dos anos 1970, deu origem a um novo modelo de acumulação. Modelo este que tem como característica principal a disponibilidade do capital para o sistema financeiro e não mais para o sistema produtivo⁶ do modo de produção vigente.

Na opinião do autor, a reestruturação produtiva surge como condição para o capital elevar-se à sua nova condição de *cidadão do mundo*, rompendo as amarras da territorialidade. Nesse sentido, o capital promove uma forte ofensiva sobre o trabalho e sobre as instituições do Estado Nacional, denominada de *ofensiva do capital de novo tipo*,

⁶ Para reforçar a questão o autor, assim se manifesta: as novas tecnologias microeletrônicas aplicadas à produção – no interior de novos tipos de organização da produção capitalista – possibilitaram, no plano material, a constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital. Entretanto, é preciso salientar que, não apenas as determinações tecnológicas contribuíram para impulsionar nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente as determinações políticas, caracterizadas pelo processo político das derrotas históricas da classe trabalhadora [...] (1999, p. 80).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

9
de caráter planetário, caracterizando-se pelo esgotamento de uma etapa do desenvolvimento econômico (baseada no modelo “estado-do-bem-estar”), que acirrou a crise econômica desse período.

Analisando a realidade do Pólo Industrial de Manaus, o sindicato dos metalúrgicos, diz que a crise dos anos 1990, culminou com o processo de reestruturação produtiva no Distrito Industrial. Promovendo um processo de demissão em massa (as fábricas reduziram ao máximo o custo com a mão-de-obra para, assim, garantirem o investimento em tecnologias avançadas), combinado com férias coletivas aos trabalhadores que permaneceram. Em contra partida, novos trabalhadores eram admitidos, sob, a forma de contratação precária (contrato temporário e terceirizado), estes deveriam cumprir a mesma jornada de trabalho dos demais, porém, receberiam salário inferior e não gozariam dos mesmos benefícios dos trabalhadores da empresa contratante, por pertencerem à empresa contratada, ou seja, terceirizada.

Corroborando com o sindicato Oliveira (2009) afirma que em algumas empresas na indústria eletrotrônica da ZFM a tendência geral de aumento da contratação de trabalhadores na forma terceirizada alcança patamares superiores a 30%. E chama atenção para um fato curioso. Ao contrário do que se pensava a terceirização não atinge apenas a produção, ela atinge, também, áreas consideradas estratégicas, como engenharia industrial, engenharia de processo, planejamento e controle, administração de pessoal, controle de qualidade, materiais, compras, antes muito valorizadas e prestigiadas, funcionam nos dias atuais, com mão-de-obra inteiramente terceirizada.

Cabe salientar, que a exigência de qualificação profissional combinada com a comprovação de escolaridade em nível médio, é uma das exigências mínima para ingressar no mais baixo cargo da produção, o montador. Cargo ocupado em mais de 70% pela mão-de-obra feminina, sendo o trabalho mais complexo/dinâmico, com qualidade superior, destinado aos técnicos e engenheiros, hoje terceirizados, exercidos exclusivamente por homens.

Na outra ponta do sistema o setor de serviços cresce enormemente, favorecido pela modernização da cidade que busca se alinhar aos grandes centros do país, investindo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

10
principalmente no turismo, que arrasta consigo outras necessidades como hotelaria, gastronomia e lazer, além do tradicional comércio, que também se expande para pequenos aglomerados de lojas e os grandes shopping centres. Todos esses novos investimentos fazem surgir uma massa de trabalhadores de um novo perfil, é na maioria jovem e mulheres, com escolaridade média em nível do ensino médio e muitos são universitários que trabalham num horário e estudam em outro, a idade média oscila entre 25 e 35 anos de idade e no seu cotidiano não dispõem de tempo para a organização sindical. Essa tarefa fica para alguns.

Cresce também a massa de servidores públicos, principalmente na educação, são milhares de professores e professoras que ingressam todo ano no magistério, tanto nas redes públicas como na rede privada. Com as reformas educacionais dos anos 90 é perceptível a expansão da oferta de ensino tanto na educação básica como no ensino superior na cidade de Manaus, atraindo jovens universitários e/ou pessoas de mais idade oriundas de outras profissões, demitidas ou insatisfeitas com os rumos de seus antigos empregos que migram para o magistério, principalmente para as universidades, além dos que chegam de outros Estados atraídos pela oferta de emprego nessa área.

4. AS METAMORFOSES NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

Durante duas décadas seguidas 80 e 90, o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus era a organização sindical de maior destaque na cidade de Manaus, como o maior contingente de trabalhadores na base e também sindicalizados, com as crises que se seguiram a partir dos anos 90 muitas fabricas fecharam os trabalhadores foram demitidos, perdeu força, mas, permanece firme no propósito de organizar os trabalhadores, apesar da das adversidades. A expressiva presença das mulheres também diminuiu, pois, essas são as primeiras a serem demitidas em época de crise e, como ocupam a base da pirâmide, ou seja,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

11

a produção, a proporção de demitidos é maior entre as mulheres⁷ de modo que, a presença das mulheres na direção do sindicato também, diminuiu, mas, como existe uma regra estatutária, a cota de 30% de mulheres na direção, o percentual é atendido, porém, a expressão dos cargos é inferior à épocas passadas, onde não só a presença era exigida como também o cargo.

De acordo com os estudos de Torres (2005) a ausência de participação feminina nas direções do sindicato dos metalúrgicos, se dá também pelo fato de os dirigentes homens não respeitarem as *companheiras* mulheres, em entrevistas ex-dirigentes do sindicato ela concluiu que em alguns casos essas mulheres eram submetidas a uma espécie de prostituição dentro do sindicato, primeiro eram disputadas pelos *companheiros* dirigentes, depois eram desmoralizadas perante o coletivo, impedir que as mesmas tivessem ascensão na direção do sindicato.

Muitas desistiram, voltaram aos seus postos de trabalho nas fábricas, outras resistiram, denunciaram e fundaram o coletivo das mulheres metalúrgicas, onde discutem a problemática de gênero e suas propostas para a luta no sindicato.

Mas, essa não é apenas a realidade das metalúrgicas, muitos sindicatos de categorias aonde a presença masculina é expressiva também adotam práticas semelhante, a pesar de não está documentado ou então, sequer permitem a inclusão de mulheres nas direções de seus sindicatos.

Na educação onde a presença das mulheres é extremamente superior a dos homens, não se tem notícias de práticas dessa natureza, mas, por outro lado persiste a forma velada de discriminação, embutidas na linguagem, que tratam tudo genericamente: *os professores, os companheiros, os alunos*, atitudes que consideram algumas propostas apresentadas *como coisa de mulher* e etc.

O movimento de professores que deu origem ao sindicato dos trabalhadores em educação, assim como os metalúrgicos, historicamente foi grande, primeiro pelo tamanho da base, segundo por ser estadual e ter um numero expressivo de sócios (e sócias na

⁷ Dados apresentados no relatório anual da SUFRAMA e confirmado pelos dados do sindicato dos metalúrgicos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

12

maioria). Nos anos oitenta travou grandes embates com os governos, fez greves, passeatas, paneladas e forçou a aprovação de propostas significativas que permanecem até hoje.

Nos anos noventa o poder do sindicato foi questionado por conta de uma greve em que a categoria foi derrotada, a implantação das políticas neoliberais na educação acirram as disputas, a força nas mobilizações diminuiu, foram anos difíceis, que só se reverteu no início do anos dois mil, após uma década de salários defasados os professores e as professoras com jornadas de trabalho exaustivas, sem tempo para participar das reuniões e/ou atividades do sindicato, resolvem voltar as ruas, a professora Raimunda Gomes (2006, p.83) classifica esse período como anos de resistência e cita.

O movimento dos trabalhadores em educação, não obstante essas dificuldades, têm enfrentado com disposição as mudanças impostas pela nova ordem econômica, em que as políticas educacionais, nesse fim de século, são um produto de mercado, incentivado pelo acirramento das políticas neoliberais que propõem a redução do papel do Estado, transformando-o em Estado mínimo, invertendo a lógica da aplicação dos recursos priorizando os setores estratégicos da economia e relegando a educação a terceiro plano.

Com dificuldade e persistência os trabalhadores em educação chegam a virada do milênio com muita disposição para retomar a luta pelas bandeiras históricas que continuavam atuais, como concurso público, redução da jornada de trabalho com tempo reservado ao estudo, reposição das perdas salarial que ultrapassava 100%, redução do número de alunos por sala de aula, formação inicial em nível superior e continuada, promoção na carreira que não havia a mais de oito anos, homologação de aposentadorias, dentre outras.

Aproveitando os ares do novo governo que toma posse no país, cria uma grande expectativa e volta á luta, realiza manifestações grandiosas, passeatas, paneladas, carreatas, audiências publicas e assembléias como a muito não se via. O movimento de professores, digo, trabalhadores em educação volta a ser manchete de jornal, mostra força e negocia com o governo sua pauta de reivindicação, engavetada a quase uma década.

Foram elas, as mulheres do magistério que trouxeram o movimento sindical para o centro da disputa novamente. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEAM dirigido por uma mulher comandou, nessa nova fase de organização dos trabalhadores em Manaus, as manifestações e as negociações com os governos estadual e municipal abrindo o canal de negociação, para as demais categorias de servidores públicos.

5. OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

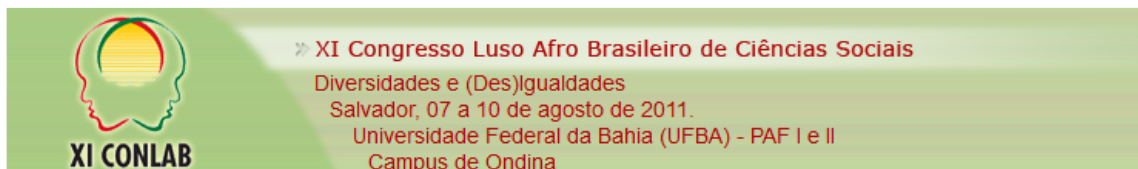
A investigação adotada nessa pesquisa preliminar, porque ainda não está concluída seguiu uma perspectiva marxista, privilegiando o método dialético, em que Karl Marx, se criador fez questão de distinguiu formalmente o método de investigação/pesquisa do método de exposição⁸. De modo que a exposição é consequência de uma pesquisa anterior, das "formas de desenvolvimento" e das conexões existentes entre elas. Estudadas de uma determinada realidade objetiva, distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, reencontrando-a numa só unidade, isto é, no conjunto do seu movimento.

Nesse sentido, a aplicação marxista do “método” de pesquisa nos conduziu a uma apropriação pormenorizada da realidade estudada, ou seja, a análise das relações internas de cada elemento em si. De modo, que cada objeto de análise exigiu uma maneira específica de abordagem determinada pelo próprio objeto; cada período histórico possui suas próprias leis.

A investigação estabeleceu também um diálogo entre autores contribuem, na perspectiva Benjaminiana⁹ de contar a história pela ótica dos vencidos, fato que para ele é como “escovar a história a contrapelo”. Aproveitando a crítica que ele, Walter Benjamin

⁸ CARONE (1984, p.23) nos ajuda diz, o método de pesquisa é a investigação de ordem empírica, a coleta de dados, a sua classificação, o conjunto de técnicas e procedimentos adequados, a apropriação analítica do material empírico [...] o método de exposição é a reconstrução racional e teórica da realidade pesquisada, mas, a exposição só será possível a *posteriori* da pesquisa

⁹ WALTER, Benjamin. (1994) Nas teses sobre o conceito de História, deixa claro na tese VII sua repulsa pelo historicismo servil que conta a versão oficial da história, pela lente da classe dominante, ou seja, os vencedores. A metáfora, “escovar a história a contrapelo”, é a não aceitação dessa versão, que nega ou desqualifica o papel da classe oprimida, subalterna que constrói anonimamente o processo histórico.



14

formulou contra o historicismo oficial que é inspirado na filosofia marxista da história, ele fala em nome dos vencidos contra o elitismo.

6. BREVES CONSIDERAÇÕES

Após discorrer sobre esses diferentes momentos históricos e processo de organização da classe trabalhadora na cidade de Manaus, é fato que a luta é de homens e mulheres, sem desqualificar, subjugar ou superestimar a ação das mulheres em detrimento da ação dos homens, mas, colocando em seu devido lugar a importância estratégica que cada um e cada uma ocupa na cadeia de relações sociais, econômicas e/ou de poder.

Lembrando que a exploração na sociedade capitalista não é só de classe, mas, é também de gênero e raça/etnia. Portanto, a luta dos oprimidos e das oprimidas é pela emancipação das mulheres e de toda a humanidade. De modo que a afirmação de que o sindicalismo manauara tem dupla face, a face masculina e a feminina, que se completam nas diferenças e semelhanças, mas jamais podem ser tratada como única, é absolutamente verdadeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na Era da Globalização**. Londrina: Práxis. 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

15

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo. Cortez, 1999.

----- **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial: 2005. Coleção mundo do trabalho.

BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. 1992.

GOMES, Raimunda de S. **Valorização Profissional dos Professores da Rede Estadual de Ensino na Perspectiva do Movimento Sindical nos anos de 1990.** Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Amazonas em 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna.** São Paulo. Edições Loyola, 1992.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais:** elementos para uma análise marxista. São Paulo. Cortez. 1988.

MARX, Karl. **O Capital.** V. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

MOURÃO, Arminda Rachel. **Movimentos de professores de 1º e 2º Graus:** uma análise crítica. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1997.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A Indústria Eletroeletrônica e Qualificação dos Trabalhadores.** In trabalho, educação, empregabilidade e gênero. (Org.) Selma Suely Baçal de Oliveira. Manaus – editora da UFAM. 2009.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925.** Manaus: EDUA, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. (Org.). **Imprensa Operária no Amazonas.** Manaus: EDUA, 2004.

SAFFIOTI, He. **Rearticulando Gênero e Classe Social.** In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo Brasiliense. 1991.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

16

TORRES, Iraídes Caldas. **As Novas Amazônicas**. Manaus. EDUA, 2005.